



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

## REQUERIMENTO Nº 137/25

**CONSIDERANDO** que, uma das preocupações deste Vereador, no atual mandato, visa garantir o bem-estar e atendimento aos munícipes;

**CONSIDERANDO** que, este vereador foi procurado por munícipes que nos questionaram sobre os valores cobrados do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) pela Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que, no início de nosso mandato, tivemos uma reunião com o Secretário das Finanças, onde ficaram pautados diversos assuntos, principalmente sobre a legislação que trata da cobrança do IPTU; e

**CONSIDERANDO** que, o assunto IPTU é muito polêmico; e, este vereador trabalha de modo que, as respostas às suas solicitações (dos munícipes) sejam devidamente fundamentadas e documentadas pelo Poder Público, elevando desse modo a transparência e clareza dos esclarecimentos que passamos aos munícipes.

Diante do exposto, **REQUEIRO** à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que se officie ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal**, para que, por meio do setor competente, nos informe o seguinte:

- a) Qual é a Legislação vigente que a Prefeitura Municipal de Votorantim utiliza para lançar os valores do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) a serem pagos pelos contribuintes, inclusive quando são cobrados juros e multas por atraso de pagamento?
- b) Além da Legislação que nos referimos acima, a Prefeitura utiliza mais alguma Norma para lançar os valores do IPTU? Em caso positivo, quais são essas Normas?
- c) Quais são exatamente os dispositivos legais dessas legislações que são utilizados pelo setor competente para cobrança do IPTU? Poderia nos enviar o texto atualizado, na íntegra?

Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 6 de maio de 2025.

APROVAL  
SESSÃO ORDINÁRI  
SIS 06/05/2025

Presidente

DIEGO DE PAIVA NUNES  
Vereador